



PROCURADORIA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ

Parecer nº 002/2025

Ementa: Administrativo. Licitações. Dispensa de licitação. Rescisão contratual por interesse público devidamente justificado. Possibilidade.

Cuida-se de encaminhamento realizado pelo Presidência da Câmara Municipal de Jataí, sobre a legalidade da rescisão do Contrato nº 018/2024, celebrado com a empresa R. DOS SANTOS ALVES JÚNIOR, inscrita no CNPJ sob o nº 42.596.448/0001-60, com a finalidade de execução de projeto de engenharia para ampliação e construção de novo acesso ao estacionamento, construção de mureta com alambrado para contenção de águas pluviais, ante a ausência de interesse público para realização desses serviços nesse momento.

Verifica-se que a cláusula décima do referido contrato de nº 018/2024, prevê a possibilidade de rescisão do contrato em virtude dos motivos estabelecidos nos arts. 137 e 138 da Lei 14.133/2021.

Dentre as hipóteses legais legitimadoras da rescisão dos contratos administrativos celebrados pela Administração pública, tem-se a hipótese do inciso VIII, do Art. 137, da Lei 14.133/21, *in verbis*:

“Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

...

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;”

O interesse público é um princípio de direito administrativo que deve permear toda a conduta político-administrativa, a sua satisfação deve estar legitimada pela ligação ao atendimento dos valores prevalentes na sociedade.

Verifica-se no projeto de engenharia contido nos autos, que não há o necessário Estudo do Impacto de Vizinha, uma vez que a contenção das águas pluviais que invadem as dependências da Câmara, serão desviadas e poderão atingir os imóveis vizinhos, e essa possibilidade não está devidamente prevista e solucionada no projeto de engenharia de modo a evitar danos aos vizinhos.

Em virtude da alteração do Parágrafo Único do Art. 12, da Lei Orgânica do Município,



Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO
Jataí - GO

que aumentou o número de cadeiras no Parlamento Municipal para dezessete, será necessária uma grande modificação na estrutura física da Câmara para comportar essa alteração, e seria contraproducente realizar essas pequenas alterações agora, que poderão ser novamente alteradas num futuro próximo, ocasionando desperdício do dinheiro público.

A Administração é regida pelo Princípio da Autotutela, pelo qual pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem atos ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los por motivos de conveniência ou oportunidade, respeitando direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial, conforme a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal.

No presente caso, a Câmara pode anular o processo administrativo nº 1442/2024, pois lhe faltou documento essencial que é o Estudo do Impacto de Vizinhança e pode revogá-lo por questão de conveniência e oportunidade, ante a necessidade conhecida de reforma e ampliação do espaço físico da Câmara para atender as alterações da LOM quanto ao número de parlamentares.

Pelo exposto, opino favoravelmente à revogação do Contrato de nº 018/2024, pois sua execução se mostra contrária ao interesse público.

É o parecer. S.M.J.

Jataí, 10 de janeiro de 2025.

Renata Silva Oliveira
Procuradora-Geral